



Waldemir Barreto/Agência Senado



Entre Gleisi Hoffmann e José Sarney, Renan conduz sessão do Plenário após decisão da Comissão Diretora. Ele pretende agilizar a votação de projeto semelhante que estende a cota a todos os concursos federais

Senado adota cota de 20% para negros nas contratações

Reserva de vagas passa a ser obrigatória nos concursos da Casa e nos serviços terceirizados. Percentual é recomendado para cargos comissionados

Os concursos públicos do Senado e a contratação de serviço terceirizado terão cota de 20% das vagas para afrodescendentes, segundo decisão tomada ontem pela Comissão Diretora. O presidente da Casa, Renan Calheiros, defendeu a prática de ações afirmativas como forma de proporcionar oportunidades iguais.

No Plenário, está pronto para votação um projeto que estabelece o mesmo percentual de cotas para negros em todos os concursos públicos federais. Se aprovado, seguirá direto para sanção. Renan afirmou que pretende colocar a proposta em análise logo que a pauta for liberada, após decisão sobre medida provisória que atualmente tranca as votações. **2**

Gerardo Magela/Agência Senado



Ana Rita apresenta relatório da diligência feita pela CDH no Rio de Janeiro

Morte de Malhões pode ter razão política, diz relatório

Ana Rita, Randolfe Rodrigues e João Capiberibe pediram proteção para mulher do coronel e para

caseiro acusado de envolvimento na morte do militar que confessou ser torturador na ditadura. **3**

Debate aponta importância de adaptação a mudança do clima **6**

Adam Sharp, do Twitter, sugere boas práticas nas redes sociais **5**

Audiência discute problemas de telefonia em seis estádios da Copa **5**

Comissão aprova serviço social para recém-formados na área de saúde **4**

MP que reajusta tabela do Imposto de Renda vai à Câmara **7**

CPI da Petrobras será instalada hoje

Comissão de senadores começará a funcionar após Renan Calheiros ter indicado, ontem, nomes da oposição, que prefere a CPI mista, composta também por deputados. **8**



Thelma Vidales/Agência Petrobras

Plataforma da Petrobras: investigação de denúncias de irregularidades na estatal deve ter início hoje na Casa

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a participação de especialistas em livres debates sobre grandes temas nacionais.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



Beacom | Criação e Manutenção

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan (C) preside reunião que acatou medida ontem, dia em que a Abolição da Escravatura completou 126 anos

Senado passa a contratar seguindo cota para negros

Reserva de 20% das vagas terá que ser respeitada em concursos públicos e para terceirizados. O mesmo percentual está previsto em projeto, pronto para ser votado no Plenário, para todos os concursos da União

A COMISSÃO DIRETORA do Senado decidiu ontem instituir cota de 20% para afrodescendentes no preenchimento das vagas de concursos públicos e contratos de terceirização.

— Há uma medida provisória sobre cotas, mas nós vamos nos adiantar e por isso estamos determinando essa medida, que passa a valer a partir de hoje — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A determinação não pode ser imposta para os cargos comissionados, pois o critério para a contratação desse tipo de mão de obra envolve a confiança depositada pelo parlamentar, mas Renan ressaltou que há uma recomendação para que a proporcionalidade também seja levada em consideração nesses casos.

Ao anunciar a cota, o presidente do Senado explicou que o Brasil ainda não fez o resgate da dívida histórica com os negros. Ele disse que a au-

sência dos afrodescendentes em certos setores e a presença predominante nas camadas menos favorecidas é algo que “envergonha a todos”.

— Com raras exceções, os afrodescendentes ainda não se integraram efetivamente à sociedade, não tiveram as mesmas oportunidades e continuam sendo vítimas de preconceito — afirmou.

Projeto

A reserva de 20% das vagas em todos os concursos públicos federais está prevista em projeto que aguarda votação no Plenário do Senado (PLC 29/2014). Se aprovada, a proposta seguirá para sanção. Renan informou que pretende pôr o projeto em votação “tão logo a pauta do Plenário seja destrancada”.

O senador defendeu ações afirmativas a favor dos negros e disse que o Senado fará sua parte ao oferecer mais

oportunidades de ascensão social. Para ele, não basta a Constituição ter inserido entre os princípios o repúdio ao racismo e não foi suficiente o Código Penal prever pena de um a três anos de prisão para a prática de injúria racial.

— Hoje [ontem], 13 de maio, no dia em que se completam 126 anos da Abolição da Escravatura, reitero nosso compromisso com outros projetos que tenham a finalidade de fazer o Brasil mais justo e mais igualitário — disse Renan.

Eduardo Braga (PMDB-AM) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) parabenizaram a Comissão Diretora pela decisão e disseram que isso demonstra o desejo da Casa de diminuir as desigualdades sociais.

— Isso é justiça social, de ascensão às carreiras no setor público, em demonstração de que queremos diminuir as desigualdades, sejam sociais ou raciais — disse Braga.

Anibal Diniz defende reserva de vagas para negros em concursos

Waldemir Barreto/Agência Senado



Anibal Diniz (PT-AC) disse que uma boa maneira de o Senado comemorar o 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura, é o Plenário aprovar proposta da Presidência da República, já votada pela Câmara, que reserva 20% das vagas nos concursos para a administração pública para negros e pardos.

— Consideramos que essa proposta é justa e necessária para a promoção da igualdade no setor público. É uma porta de entrada para uma vida com mais cidadania. O IBGE aponta que, apesar de a população negra do Brasil representar mais de 50%, os negros ocupam menos de 30% dos cargos na administração pública — disse o senador.

Anibal lembrou ainda que, nos últimos 20 anos, 46.768 pessoas que viviam em condições análogas à escravidão foram libertadas no Brasil.

Paim quer desaposentação também para pensionistas

Waldemir Barreto/Agência Senado



Paulo Paim (PT-RS) anunciou, ontem, ter apresentado projeto para permitir aos pensionistas pedir recálculo do benefício caso o falecido tenha voltado a trabalhar após a aposentadoria.

Ele explicou que a proposta é uma sugestão da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas Idosos do Distrito Federal e está de acordo com decisões recentes da Justiça a favor da chamada desaposentação.

O parlamentar observou que muitos aposentados são obrigados a voltar a trabalhar porque o que recebem não dá para cobrir as despesas. No novo trabalho, o aposentado volta a pagar contribuição do INSS, mas não recebe nenhum benefício por isso.

— A desaposentação aproveita essas novas contribuições para dar ao aposentado um acréscimo em sua prestação mensal — disse Paim.

Marcha dos Prefeitos faz Plenário transferir votações para hoje

O Plenário do Senado adiou a votação de uma série de propostas que estavam na pauta ontem. Um dos motivos foi a dificuldade para alcançar o quórum necessário, já que muitos senadores participavam de atividades da Marcha dos Prefeitos, que acontece em Brasília.

Uma das matérias adiada para hoje é o projeto que estabelece normas para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). O texto principal da matéria foi aprovado na semana passada e agora falta o exame de três emendas apresentadas na

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e em Plenário.

Uma das emendas determina que os novos municípios deverão ter, pelo menos, 200 quilômetros quadrados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e 150 quilômetros no Norte e no Nordeste.

Os senadores também podem votar a proposta de emenda constitucional que autoriza que os servidores e policiais militares admitidos durante a transformação dos ex-territórios do Amapá e de Roraima em estados possam ser integrados ao quadro do governo federal e ter salários e aposentadorias pagos pela União (PEC 11/2014).

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Criação de municípios

14h O Plenário pode votar hoje o projeto que cria normas para criação e fusão de municípios. A matéria tramita em regime de urgência constitucional.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

12h Preside sessão do Congresso; às 14h, participa de encontro da Executiva Nacional do PMDB; às 16h, preside a ordem do dia.

CI Indicações para o Dnit

7h30 Audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura debate atuação das agências reguladoras. Após, haverá sabatina de Valter Casimiro Silveira e Adailton Cardoso Dias para o Dnit.

CDR Obras em aeroportos

9h Sobre obras em aeroportos, a Comissão de Desenvolvimento Regional ouve o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wellington Moreira Franco, e o presidente da Infraero, Gustavo do Vale.

CAS Alterações no Bolsa Família

9h Entre as matérias na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que muda o Bolsa Família para, em caso de alteração na situação de elegibilidade, a família poder se beneficiar por seis meses.

CCJ Lei de Imigração

10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa projeto que institui a Lei de Imigração e regula a entrada de estrangeiros no Brasil. Às 9h30, sabatina o general-de-exército Odilson Sampaio Benzi para o Superior Tribunal Militar.

CE Gestão na rede federal de ensino

10h30 A adoção de gestões democráticas na rede federal de ensino estará em debate na Comissão de Educação. Convidado o secretário do Ministério da Educação Aléssio Trindade de Barros.

CPI DA PETROBRAS Instalação

11h30 Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente e indicado o relator.

CONGRESSO Soldados da borracha

12h O Congresso realiza sessão solene, no Plenário do Senado, para promulgação de emenda constitucional que concede indenização aos soldados da borracha.

CMO Crédito para ministério

15h A Comissão de Orçamento poderá votar projeto que abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para o Ministério das Cidades.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às **10h**, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão conclui que pode ter havido razão política na morte de coronel

Relatório apresentado ontem pede proteção para a viúva do torturador da ditadura e para o caseiro acusado de participação no crime

APÓS DILIGÊNCIA NO Rio de Janeiro para acompanhar as investigações sobre a morte do coronel Paulo Malhães, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) chegou à conclusão de que não há elementos suficientes para afastar a hipótese de assassinato relacionado ao passado de torturador do militar. Os senadores também solicitam proteção para a mulher da vítima, Cristina Malhães, e para o caseiro Rogério Pires, preso pela polícia civil fluminense, acusado de envolvimento no crime.

Malhães, de 77 anos, morreu em 24 de abril durante um assalto no sítio onde morava, em Nova Iguaçu. Um mês antes, ele admitiu à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, ter participado de torturas e ações para desaparecimento de presos políticos durante a ditadura militar — entre eles, o ex-deputado Rubens Paiva.

Ontem os senadores apresentaram na CDH um relatório de 18 páginas com as informa-



Relatório da investigação de Capiberibe (E), Randolphe e Ana Rita (D) no Rio de Janeiro foi apresentado ontem na CDH

ções obtidas durante a viagem ao Rio no dia 6. Ana Rita (PT-ES), Randolphe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP) encontraram-se com o caseiro, que negou envolvimento. Na versão da polícia civil, o caseiro confessou roubo seguido de morte.

Segundo o relatório da CDH, a investigação não levou em consideração a vida pregres-

sa da vítima. Os senadores constataram que Pires está assustado: pai de cinco filhos, disse temer pela própria vida e pela vida dos integrantes da família.

Na opinião dos senadores, há muitas dúvidas a serem respondidas, entre elas o motivo pelo qual os criminosos ficaram tanto tempo na casa e por que a polícia militar demorou 11 horas para chegar ao sítio depois de acionada.

O documento não foi votado ontem por falta de quórum e deverá ser analisado no dia 21. Antes, Randolphe quer acrescentar ao texto a responsabilidade do Estado brasileiro sobre a vida de Malhães.

— Esse senhor era a principal testemunha dos crimes ocorridos na ditadura brasileira. Depois do depoimento dele à Comissão Nacional da Verdade, o Estado nada fez para assegurar-lhe a integridade. O coronel não está vivo porque houve negligência do Estado brasileiro — afirmou o senador.

Para Capiberibe, devido à morte do coronel, será difícil a Comissão da Verdade obter outro depoimento relevante:

— Dificilmente uma outra testemunha falará com a mesma desenvoltura do coronel Malhães. Isso praticamente encerra as possibilidades de a comissão avançar, pois ninguém mais vai ousar prestar declarações como o coronel — lamentou.

No último fim de semana, a polícia do Rio de Janeiro recuperou parte das armas roubadas na casa de Malhães, que era colecionador. Duas pessoas foram presas em flagrante. Ontem o laudo da polícia civil apontou infarto como causa da morte, o que, na opinião de Ana Rita, não altera a conclusão do relatório:

— O laudo atesta o infarto, mas o que motivou a ação dos bandidos? Eles ficaram na casa por quase dez horas, a polícia disse que sumiram armas, algumas pastas e computadores — lembrou a presidente da CDH.

Regulamentação da maconha será debatida no dia 2

A Comissão de Direitos Humanos promove, em 2 de junho, audiência pública para discutir a experiência uruguaia de regulamentação da maconha, com a presença de Julio Calzada, secretário-geral da Junta Nacional de Drogas do Uruguai.

Também devem participar representantes da Organização das Nações Unidas e dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores.

A audiência será a primeira de um ciclo de debates promovido pela CDH para ouvir autoridades, lideranças sociais e intelectuais, visando embasar o parecer da comissão sobre proposta de iniciativa popular que define regras para o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.

Dependência

O ciclo de debates foi proposto pelo relator da Sugestão 8/2014, Cristovam Buarque (PDT-DF). O parlamentar considera que o Brasil estaria “perdendo a guerra contra a droga”, mas teme que a regulamentação do uso da maconha possa agravar a dependência de usuários. A proposta foi apresentada por André de Oliveira Kiepper, do Rio de Janeiro, por meio do Portal e-Cidadania do Senado.



Cristovam propôs os debates que vão ajudar no parecer da CDH

Perguntas e ações

DÚVIDAS LEVANTADAS NO RELATÓRIO

- ▶ Por que os criminosos ficaram tanto tempo na casa, com quem falaram ao telefone nesse período e o que procuravam quando vasculharam tudo?
- ▶ Por que foram levados somente dois de cinco computadores e qual o conteúdo dessas máquinas?
- ▶ O que aconteceu entre as 22h de 24 de abril (horário em que o caseiro e a viúva se libertaram) e as 8h30 do dia seguinte (quando a PM finalmente chegou ao sítio)?
- ▶ Por que foram levadas algumas pastas e documentos do escritório?

PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS NO RELATÓRIO

- ▶ Pedido de proteção para a viúva Cristina Malhães, conforme o Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Lei 9.807/1999).
- ▶ Pedido à Polícia Civil do Rio de Janeiro de cópia do inquérito, ainda que mediante sigilo.
- ▶ Pedido de proteção também para o caseiro Rogério Pires, durante a prisão e após eventual soltura.
- ▶ Pedido ao procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro de designação de dois promotores para acompanharem o caso.

Perrella denuncia à Corregedoria do MP promotor de Justiça de Minas

Zeze Perrella (PDT-MG) revelou ter protocolado no dia 6, na Corregedoria do Ministério Público, reclamação disciplinar contra o promotor de Justiça de Minas Gerais Eduardo Nepomuceno de Sousa por perseguição e condutas praticadas “ao arripio da lei” ao promover investigações no estado.

Segundo o senador, apesar de resolução do Conselho Nacional do Ministério Público fixar em seis meses o prazo máximo para investigação, o promotor investigou por dez anos ele e toda a sua família e, no final, o inquérito foi arquivado por falta de provas.

— Promoveu uma devassa em minha vida com métodos heterodoxos e, ao final, depois de ter me punido, repito, com a pecha de investigado por todo esse tempo, concluiu que não havia sequer elementos para propor uma única e mísera ação contra mim. Toda a dignidade de minha família foi atentada pelo promotor Eduardo Nepomuceno de Sousa — afirmou.

Perrella disse ainda que o corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramujas Assad, garantiu que a investigação relativa à reclamação disciplinar protocolada durará, no máximo, 140 dias.

Cidinho Santos defende divisão da Reserva da Serra do Cachimbo

Cidinho Santos (PR-MT) considerou urgente e importante aprovar o projeto que divide a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo em duas unidades de preservação. O senador disse que, sob o regime de parque nacional, as famílias que habitam o local há décadas poderão permanecer onde estão. Ele espera que, ao ser aprovada, a proposta leve tranquilidade e uma vida melhor à população da região.

A proposição altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, no estado do Pará.

— Não podemos mais ver famílias arrancadas de suas terras por intolerância dos órgãos ambientais. A população que vive na área buscou atender todas as demandas sociais e ambientais — disse.



Waldemir Boreatto/Agência Senado

Alvaro Dias alerta para invasão do MST em área de empresa no Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou, ontem, para a possibilidade de uma invasão promovida por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na área da empresa Araupel, em Quedas do Iguaçu, no Paraná. O parlamentar pediu providências do governo federal para evitar prejuízos à economia da região.

Segundo ele, 20% da população local depende diretamente da empresa, especializada no beneficiamento de madeira com produtos de exportação. Além de gerar empregos, a companhia assentou mais de 2,7 mil famílias na área ao redor da madeireira.

O senador acredita que a invasão em terras produtivas tenha como objetivo a apropriação indevida de madeira.

— Na verdade, não se constitui em movimento de verdadeiros trabalhadores sem-terra, mas um movimento que foi ocupado politicamente nos últimos anos, integrado por pseudolíderes de trabalhadores sem-terra, que promovem a balbúrdia, a arruaça e invasões, afrontando a Constituição do país — protestou o senador.

Avança projeto para serviço social na saúde

Texto estabelece que recém-formados em instituições públicas ou com bolsa federal terão que atuar durante dois anos em localidades carentes, de acordo com necessidades do SUS

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) aprovou ontem a instituição de um serviço civil social obrigatório para profissionais recém-formados em medicina, enfermagem, psicologia, odontologia, fisioterapia, nutrição e farmácia que tenham concluído a graduação em instituições públicas ou tenham sido beneficiários de bolsas com recursos federais.

A proposta (PLS 79/2013) foi apresentada por Jayme Campos (DEM-MT) em março de 2013, antes do anúncio do Programa Mais Médicos pelo governo federal, e segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se aprovado, o texto passa a tramitar na Câmara dos Deputados, só precisando ser examinado antes pelo Plenário do Senado se houver recurso



Relator da proposta, Aloysio Nunes Ferreira (D) recomenda a aprovação em comissão presidida por Cyro Miranda (C)

de senadores exigindo isso.

O projeto prevê que o serviço obrigatório terá duração de dois anos, com carga horária mínima de quatro horas diárias. Profissionais serão alocados em localidades carentes,

a critério do governo federal, segundo as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

Durante a prestação do serviço social, de acordo com o projeto, os profissionais de saúde não receberão menos

que o piso de cada categoria. A iniciativa também determina que a prestação do serviço civil será necessária para a obtenção de registro profissional nos conselhos e órgãos fiscalizadores.

A prestação do serviço social ficará adiada enquanto o profissional comprovar frequência e aproveitamento em curso regular de pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado) ou lato sensu (residência médica ou outra especialização). Em caso de obtenção do título de mestre ou de doutor em área de saúde ou ciências afins, o recém-formado ficará isento de prestar o serviço social.

O projeto recebeu apoio do relator na CE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), indicado substituto de Roberto Requião (PMDB-PR), responsável inicial pela análise na comissão. O relatório de Aloysio incluiu no texto do projeto a isenção para aqueles recém-formados que prestarem serviço militar inicial por prazo mínimo de 24 meses.

Proposta prevê parcelamento de dívidas de faculdades

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que dá nova oportunidade para instituições de ensino superior (IES) parcelarem dívidas referentes a tributos federais. O PLC 32/2014, de iniciativa do Executivo, reabre por 90 dias o prazo para requerimento de moratória e do parcelamento previsto no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

O Proies foi instituído pela Lei 12.688/2012 para propiciar maior solidez financeira às universidades. Para o relator na CE, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), tratou-se de

iniciativa “salutar”, pois ao mesmo tempo prevê meios para a ampliação da oferta de bolsas de estudo integrais e para a recuperação de créditos tributários pela União. No entanto, ele assinalou que a implementação foi prejudicada devido ao prazo exíguo inicialmente previsto para a adesão, diante da complexa documentação exigida.

— Esse é um dos problemas que o projeto pretende sanar, reabrindo, por 90 dias, o prazo para adesão ao programa — apontou.

A matéria tramita em regime de urgência e está sendo analisada simultaneamente pela Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), que ainda não emitiu parecer. A proposta receberá decisão final em Plenário.

O relator defendeu a exigência de que a adesão ao Proies seja acompanhada da

adesão ao sistema federal de ensino, ponto que motivou polêmica na discussão da matéria na Câmara. A seu ver, essa medida se justifica pela necessidade de que a recuperação tributária, relativa

a dívidas junto à União, seja acompanhada da supervisão e dos mecanismos de avaliação de qualidade implementados pela esfera federal.

O senador também destacou que a proposta é especialmente importante para as instituições estaduais e municipais de ensino superior comunitário, que recebem contribuições dos alunos. Segundo ele, por entendimento equivocado da Receita Federal em relação à titularidade de tributos recolhidos por essas IES, foi iniciado um contencioso tributário com “forte potencial gravoso sobre a capacidade operacional de tais instituições”.



Relator da proposta, Paulo Bauer destaca ampliação da oferta de bolsas de estudo

Comissão de Educação aprova programa de combate ao bullying

A Comissão de Educação (CE) aprovou, ontem, projeto que define conceitos e mecanismo para o enfrentamento do bullying. A proposta (PLC 68/2013), que teve origem na Câmara dos Deputados, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática.

A iniciativa poderá fundamentar ações do Ministério da Educação e das secretarias estaduais e municipais de Educação nesse campo.

O texto define como bullying “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma

ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”. Intimidação praticada na internet (*cyberbullying*) também entra nessa categoria.

O projeto do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) estabelece como dever das escolas, clubes e agremiações recreativas garantir medidas de conscientização, prevenção e combate à intimidação sistemática.

A proposta ainda passará por votação na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Depois, irá ao Plenário.

Currículo da escola básica pode incluir cinema e teatro no ensino de artes

As artes visuais e audiovisuais — o cinema especialmente — e as artes cênicas podem ganhar apoio legal para uma atenção maior nas escolas brasileiras. Substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do Senado (PLS 185/2008) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) inclui essas expressões artísticas entre as áreas que devem ser contempladas no ensino de artes na educação básica.

O projeto original, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para obrigar a exibição

de filmes de produção nacional nas escolas do ensino básico.

Na Câmara, no entanto, a proposta foi modificada e, em razão das alterações, voltou para reexame no Senado. Os deputados retiraram a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais, optando por indicar quais expressões artísticas devem ser incluídas nos conteúdos do ensino de arte.

O relator, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), pediu a aprovação da matéria no formato adotado pela Câmara. Agora o texto irá a Plenário para decisão final.

Eduardo Suplicy canta *Disparada* em homenagem a Jair Rodrigues

“Prepare seu coração”, entoou Eduardo Suplicy (PT-SP) em Plenário, “pras coisas que eu vou contar”. Assim, cantando o antigo sucesso *Disparada*, imortalizado na voz de Jair Rodrigues, ele prestou ontem homenagem ao cantor paulista que faleceu há uma semana, vítima de infarto, depois de mais de 50 anos de carreira.

Escrita por Geraldo Vandré e Teo de Barros, *Disparada* dividiu com *A Banda*, de Chico Buarque, o primeiro lugar no 2º Festival de Música Popular Brasileira, em 1966. Ele também citou a música *Deixa isso pra lá*:

— A canção fez Jair ser considerado pioneiro do

rap no Brasil. A música, originalmente um samba, ganhou popularidade, também, graças à coreografia feita com as mãos — recordou.

Suplicy lembrou que o cantor se despediu dos palcos e da música no dia 6, durante uma apresentação no Hotel Guanabara, em São Lourenço (MG).



“Prepare seu coração”, canta Suplicy lembrando Jair Rodrigues

Comissões convidarão ministro das Comunicações e presidentes de empresas de telefonia para falar sobre instalação incompleta de antenas, que pode prejudicar ligações de celular nos locais de jogos da Copa



Perrella (D) preside reunião que aprovou plano de trabalho de Anibal (1º à esq.) para o Programa Nacional de Banda Larga

Audiência debaterá possível “caladão” nos estádios

A INSTALAÇÃO INCOMPLETA de antenas de rede sem fio nos estádios da Copa do Mundo preocupa os senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Ontem eles aprovaram requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para audiência pública com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) para ouvir, no dia 20, presidentes de empresas de telecomunicações e o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

— Não aceitamos nenhum técnico. Que venha o presidente de cada empresa — disse Eduardo Amorim (PSC-SE), presidente da CMA.

O presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), comentou a declaração do ministro das Comunicações de que seis estádios ficarão com o serviço de telefonia comprometido. Segundo o senador, no caso do Mineirão, o que impediu a instalação das antenas foi o fato de os administradores do estádio quererem cobrar das empresas R\$ 10 mil por mês pelo aluguel de um espaço, em vez dos R\$ 2 mil oferecidos.

— Estamos às vésperas da Copa, onde se gastam bilhões de reais e, por causa de R\$ 10 mil por mês, em praticamente metade dos estádios não teremos as antenas para internet. Vai acontecer um apagão na telefonia dentro desses estádios, o que é uma vergonha.

Anibal Diniz (PT-AC) sugeriu que a CCT entre com uma representação no Ministério Público Federal para que as operadoras instalem as antenas, sob pena de multa.

— Restam 30 dias para o início da Copa. Temos que tomar uma providência para que a Justiça seja muito ágil.

Banda larga

A CCT também aprovou ontem o plano de trabalho apresentado por Anibal para a avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). O programa foi escolhido como a política pública do Poder Executivo a ser avaliada pela CCT ao longo do ano.

O objetivo do PNBL é difundir o uso de bens e serviços de tecnologias de informação. Pretende massificar a banda larga, promover a inclusão

digital, acelerar o desenvolvimento econômico e social, reduzir desigualdades social e regional, promover emprego e renda, ampliar serviços de governo eletrônico, facilitar o uso dos serviços do Estado, capacitar para tecnologias de informação e ampliar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

O plano de trabalho da CCT prevê reunião com a subcomissão da Câmara que acompanha as ações do PNBL; pedidos de informações ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, ao Ministério das Comunicações, à Anatel e à Telebras; consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a existência de avaliações do tribunal sobre o plano; e audiências e debates.

Foi adiada a votação do substitutivo ao PLS 337/2005, que determina licitação apenas com o critério de técnica e preço para a contratação de publicidade. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), retirou a proposta da pauta a pedido da liderança do governo. O senador acredita que isso pode favorecer a aprovação.

Armando Monteiro critica violência nos estádios

Armando Monteiro (PTB-PE) citou a crescente indignação da população com a violência nos estádios de futebol para pedir apoio à proposta dele que muda o Estatuto do Torcedor.

Segundo o projeto apresentado pelo senador (PLS 28/2014), serão punidos os clubes e as torcidas organizadas que promoverem tumultos e atos de vandalismo. O texto também proíbe clubes e federações de fazer doações ou oferecer benefícios a organizações de torcedores.

O senador lembrou que as famílias se afastaram dos estádios diante do clima de insegurança causado pelas torcidas organizadas.

— Esses falsos torcedores não desejam assistir a um espetáculo, mas têm como principal motivação incitar o tumulto — disse.

Senado analisa atuação das agências reguladoras

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza audiência pública hoje, às 7h30, para debater o nó logístico do país. O debate será sobre a atuação das agências reguladoras no país.

Participam Marcelo dos Guarany, presidente de Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Romeu Rufino, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e Vinícius de Sá e Benevides, presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 7h30

- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CIlogisticaAS>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** @AloSenado
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoInfraestrutura>

Executivo do Twitter apresenta boas práticas na rede social

A autenticidade, a disposição para ouvir os seguidores e a utilização intensiva de fotos, vídeos, *hashtags* e *vines* (vídeos com apenas seis segundos) foram algumas das recomendações feitas por Adam Sharp, executivo do Twitter, para uma interação mais produtiva entre políticos e a sociedade. A apresentação do gerente sênior de Governos, Notícias e Inovação da rede social atraiu cerca de 300 pessoas ontem no Senado, que precisou de cadeiras extras e telões em outras salas para atender o público.

Na palestra, que teve como tema “Política na rede: uma nova era de engajamento — oportunidades para políticos e cidadãos”, Sharp mostrou, de forma bastante prática, uma série de procedimentos adotados em experiências



Sharp deu dicas para uma melhor interação entre políticos e sociedade

bem-sucedidas de utilização do Twitter por instituições públicas, veículos de comunicação e, sobretudo, políticos. Sharp também destacou a necessidade de humanizar a administração das contas na rede social.

A apresentação foi promovida pela Presidência do Senado.

Pinheiro, Alvaro e Viana se opõem a cortes na Comunicação da Casa

Três senadores comentaram ontem a decisão da Mesa do Senado de cortar despesas na área de Comunicação Social da Casa. Walter Pinheiro (PT-BA) advertiu para o risco de os cortes prejudicarem a divulgação do trabalho dos parlamentares e defendeu maior reflexão sobre o assunto.

— Precisamos ver até que ponto esses cortes não serão nefastos para a publicização do nosso trabalho e, principalmente, para continuidade da informação para todos os brasileiros das coisas que se processam aqui — afirmou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) frisou que os veículos do Senado promovem a transparência, levando ao cidadão informa-

ções sobre a ação legislativa.

— Seremos sempre favoráveis à redução de gastos, mas é preciso verificar o custo-benefício do investimento. Esse tem a ver com o direito da população de nos acompanhar, fiscalizar e julgar o nosso comportamento — disse.

Por sua vez, Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente da Casa e, portanto, membro da Mesa, foi além:

— Não só não podemos cortar recursos da comunicação como temos que aportar recursos, porque os equipamentos estão sucateados. E esse é um direito à informação. Dentro da Mesa, vou ser um advogado dessa causa no Senado — declarou.



Pinheiro quer saber se cortes vão afetar divulgação dos trabalhos no Senado



Alvaro lembra que a Comunicação promove a transparência na Casa

Audiência interativa discute obras nos aeroportos do país

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove audiência pública interativa para debater as obras nos aeroportos.

Foram convidados o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wellington Moreira Franco, e o presidente da Infraero, Gustavo do Vale.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDRaerportosEC>
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDRaerportosAS>
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania #CDRSenado #aeroporto
- ▶ **Twitter:** @AloSenado
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/ComissaoDesenvolvimentoRegional>



Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

Mudanças rápidas pedem adaptação, dizem debatedores

Audiência na Comissão Mista de Mudanças Climáticas abordou os desafios de implantar políticas de adaptação às alterações do clima, ampliando o enfoque para além da redução de riscos futuros

DEBATEDORES QUE PARTICIPARAM ontem de audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) destacaram a importância de o governo brasileiro investir em políticas públicas de adaptação às alterações do clima.

De acordo com o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Carlos Nobre, o país manteve por vários anos o foco político na redução dos efeitos, para eliminar riscos futuros, e a agenda de adaptação à situação presente ficou atrasada. Para ele, as adaptações não podem ser feitas espontaneamente ou como um incremento depois da ocorrência de fenômenos extremos, mas devem ser pensadas de maneira “transformacional”, por exemplo, para diminuir a vulnerabilidade de algumas regiões a extremos climáticos.

O subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Sergio Margulis destacou que a adaptação dos países em desenvolvimento às mudanças climáticas tem um custo muito alto. Segundo ele, o maior gasto se refere à infraestrutura e o ideal é o Brasil iniciar o processo com medidas baratas — entre elas, com elaboração de códigos de construção para áreas costeiras, estradas e demais infraestruturas e sistemas de prevenção e alerta



Alfredo Sirkis (C) preside audiência sobre a adaptação do Brasil às mudanças climáticas

à população sobre possíveis desastres naturais.

O pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Gustavo Mozzer disse que a adaptação é fundamental para os sistemas agrícolas, que são muito expostos e vulneráveis à variação climática. Pensando na segurança alimentar e na necessidade do país de aumentar a produção de alimentos frente ao crescimento populacional, Mozzer explicou que a Embrapa tem investido em estudos, tecnologias e estratégias com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva de vários sistemas, diminuindo o impacto ambiental.

Ele afirmou que o estudo da adaptação de sistemas agrícolas é complexo e exige técnicos com capacidade pulverizada de conhecimentos. Pesquisas com o objetivo de aumentar a concentração de carbono nos

pastos, via sistemas agrícolas bem manejados, e para diminuir o uso de fertilizantes são exemplos de ações desenvolvidas pela empresa e citadas por Mozzer para adaptação às mudanças climáticas.

Outras ações

A participação social e o diálogo entre as esferas da Federação foram citados pelo representante do Ministério do Meio Ambiente, Thiago Mendes, como ferramentas cruciais para a construção de ações no enfrentamento e na adaptação às mudanças do clima.

Mendes explicou que o objetivo do plano nacional de adaptação à mudança do clima é integrar ações desenvolvidas pelos entes federativos e acumular conhecimentos para lidar com os desafios.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), a adaptação às mudanças climáticas é uma questão ampla que se projeta no futuro, mas que já tem impacto no presente. O setor energético foi apontado por ele e pelos demais debatedores como uma área em que o governo terá dificuldade de implementar ações de adaptação à mudança do clima devido ao grande uso das hidrelétricas no país e à falta de incentivo para uso da energia eólica e solar.

Medidas custam caro

Custos anuais de adaptação dos países em desenvolvimento por setor, 2010–2050 (em US\$ bilhões)

SETOR	CENÁRIO CLIMÁTICO	
	SECO	CHUVOSO
Infraestrutura	13	27,5
Zonas costeiras	27,6	28,5
Abastecimento de água	19,7	14,4
Agricultura, florestas, pesca	13	12,5
Saúde humana	11,5	12
Eventos climáticos extremos	6,4	6,7

Fonte: Banco Mundial

Prefeituras precisam de mais recursos, afirma Pedro Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou ontem, em Plenário, apoio às reivindicações dos prefeitos que estão na capital federal participando da 17ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

O senador advertiu que os municípios precisam

realmente de mais recursos para desempenhar melhor suas atribuições.

— As grandes verbas estão com o governo federal, mas quem faz a educação é o município, as escolas municipais. Quem controla a educação é o município — disse Simon.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia propõe incremento do FPM para socorrer as cidades

Ao saudar a Marcha dos Prefeitos, Ana Amélia (PP-RS) disse que a situação financeira dos municípios não pode continuar como está.

Para garantir mais dinheiro às cidades, a senadora defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição que ela apresentou para aumentar os

recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A PEC 39/2013 foi classificada por ela como “salvação da lavoura” para as prefeituras.

A proposta aumenta em dois pontos percentuais os repasses do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o FPM.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viana apoia reivindicações de prefeitos por aumento de verbas

O senador Jorge Viana (PT-AC) saudou ontem a 17ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que levou a capital federal prefeitos de todo o país.

O senador advertiu que é preciso haver melhor distribuição de recursos entre União, estados e municípios e que a apro-

vação das reformas política e tributária é essencial para que isso ocorra.

— Precisamos levar a sério as reivindicações dos prefeitos porque, se melhorarmos o desempenho das prefeituras, a população também sentirá essas melhorias — disse Viana.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo defende proposta que normatiza criação de municípios

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem o projeto que regulamenta a criação, fusão, desmembramento e incorporação de municípios, cujo texto-base já foi aprovado pelo Plenário do Senado. As emendas ainda precisam ser votadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para

ele, que é autor da proposta, o texto (PLS 104/2014 — Complementar) é importante, pois poderá dar ao Brasil legislação específica sobre o tema.

— A população precisa saber que não é festival de criação de municípios. Aliás, se houvesse essa lei, mais de mil municípios não teriam sido criados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aprovada MP com correção do Imposto de Renda

Anunciado pela presidente Dilma em pronunciamento pelo 1º de Maio, reajuste na tabela do imposto foi incorporado a medida provisória sobre isenção aos importadores de álcool

A COMISSÃO MISTA que analisa a isenção dos importadores de álcool do pagamento de PIS-Pasep-Importação e Cofins-Importação até 2016, estabelecida pela Medida Provisória 634/2013, aprovou ontem o relatório do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ele incluiu no texto a atualização de 4,5% da tabela de base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). A MP precisa ser aprovada pelos Plenários da Câmara e do Senado até 2 de julho para não perder a validade.

O reajuste da tabela do IR, previsto em outra medida provisória (MP 644/2014), foi anunciado pela presidente da República Dilma Rousseff em pronunciamento em comemoração ao Dia do Trabalho, em 1º de maio.

Segundo o relator, a sugestão de incorporar a atualização do Imposto de Renda foi do Ministério da Fazenda. Com o início do calendário eleitoral — as convenções partidárias para definição das candidaturas e coligações vão de 10 a 30 de junho —, o Executivo teme que a MP 644/2014 possa não ser analisada a tempo no Congresso.

— Essa medida provisória ia vencer fora do prazo em



Eunício Oliveira apresenta relatório ao lado do deputado Amauri Teixeira, que presidiu a comissão mista da MP 634

que nós estaríamos aqui no chamado esforço concentrado — disse Eunício Oliveira.

A correção está de acordo com a meta inflacionária estabelecida pelo governo para 2014, mas abaixo da projeção de 6,5% para este ano feita pelo mercado financeiro e divulgada pelo Banco Central. Com a correção, o limite de renda mensal bruta isenta do imposto passou de R\$ 1.787,77 para R\$ 1.868,22. As outras quatro faixas foram reajustadas da mesma forma.

O líder do DEM, deputado federal Mendonça Filho (PE), questionou a incorporação do reajuste do Imposto de

Renda na medida provisória.

— Isso é inconstitucional. É a medida provisória barriga de aluguel, que sai de um para outro. Esse tipo de prática é inaceitável — declarou. O parlamentar apresentou quatro requerimentos para tentar adiar a votação, mas todos foram rejeitados.

Ele lembrou que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) apresentou uma emenda ao texto original de correção do Imposto de Renda pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 6,5%. A emenda não será analisada se o texto atual, com a incorporação feita por Eunício Oliveira,

for aprovado, porque a outra medida provisória (MP 644) perderia o objeto.

— A manobra do governo serve para que a população não tenha direito de debater o índice de correção. Se você retira o conteúdo da 644 e coloca na 634, na prática, você retira a possibilidade de discussão na comissão especial da 644. Ela vai ser extinta por perda de objeto — afirmou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Emendas retiradas

O relator retirou do seu substitutivo duas emendas do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que havia aceitado

inicialmente. A primeira garantia a concessão da medida cautelar fiscal, instituída pela Lei 8.397/1992, para as empresas não terem de pagar tributos mesmo com a suspensão da exigibilidade do chamado crédito tributário. Já a segunda alteraria procedimentos da Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/1980).

— Achei melhor tirar porque ia gerar mais polêmica aqui para a aprovação da MP — disse o relator. A comissão rejeitou ainda quatro destaques ao substitutivo de Eunício Oliveira.

O senador Humberto Costa (PT-PE) respondeu às críticas da oposição quanto à defasagem na tabela do IR e disse que ela foi “muito maior” no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), que tinha o DEM (então PFL) como principal aliado, do que na gestão do PT, a partir de 2003.

— Não vejo autoridade política ao candidato do PSDB para dizer que vai fazer. Primeiro não vai fazer porque não vai ser presidente e segundo vamos olhar o que fizeram quando eram governo — disse, sublinhando que a defasagem durante o governo FHC seria de 39,2%, contra 4% no governo de Dilma.

Avança proposta que dá subvenção a produtor de etanol

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 633/2013 aprovou ontem relatório do deputado Fernando Francischini (SD-PR) com alterações ao texto do Poder Executivo.

Originalmente, a MP tratava de subvenções da União para financiamentos a setores ligados à exportação, intensivos em tecnologia e de produção de bens de capital.

Transformada em projeto de lei de conversão, a proposta passou a incluir a autorização para pagamento de subvenção aos produtores de etanol da Região Nordeste referente à safra de 2012–2013. A subvenção, no valor de R\$ 0,25 por litro de etanol produzido e comercializado, será paga a unidades industriais e cooperativas que tiveram prejuízos com a intensa seca que castigou a região nos últimos anos.

— Estendemos a subvenção também às unidades industriais e cooperativas de outras regiões do país — explicou o relator.

Ampliação do Garantia-Safra passa em comissão mista

Foi aprovado pela comissão mista o relatório sobre a Medida Provisória 635/2013, que ampliou o prazo de recebimento do Benefício Garantia-Safra para 686 mil agricultores prejudicados pela seca na safra de 2012–2013. A MP agora seguirá para votação na Câmara.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) espera celeridade na apreciação da matéria, já que a medida tem validade até 2 de junho.

— A matéria conseguiu chegar ao entendimento mostrando o consenso na apreciação do texto do relator. Agora segue para o Plenário da Câmara e espero que lá também tenhamos o rito parecido com o que aqui se processou — ressaltou.

O Garantia-Safra é um seguro que garante renda aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e perderam parte da produção devido a seca ou a excesso de chuva. O texto garante um acréscimo no seguro de R\$ 155 mensais, por família, em 2014 e 2015.

Renan defende manutenção da PEC do Orçamento Impositivo

Durante a sessão deliberativa de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu aos deputados federais que aprovem a PEC do Orçamento Impositivo sem alterações no texto votado pelos senadores. Se a matéria for modificada, frisou Renan, retornará ao Senado, o que pode atrasar indefinidamente a tramitação. Ele defendeu a urgência da aprovação do texto (PEC 22A/2000) citando o aumento dos recursos destinados à saúde pública.

— É importante lembrar à Câmara que eventuais modificações do texto, além de atrasar a implementação desse grande benefício à população brasileira, tam-

bém colocará em risco um delicado acordo construído no Senado com vistas à aprovação da matéria — disse.

Renan lembrou que a PEC garante a execução das emendas parlamentares ao Orçamento da União e obriga que metade do valor seja destinada à saúde pública.

A Câmara aprovou a PEC do Orçamento Impositivo em primeiro turno na quarta-feira passada. A matéria foi aprovada no Senado ano passado e estava na pauta de ontem do Plenário da Câmara. A análise, porém, foi adiada para que haja uma negociação com o Senado na tentativa de chegar a um texto de consenso.



Henrique Alves (C) preside sessão da Câmara que aprovou PEC 22A em primeiro turno

Vanessa acredita em prorrogação da Zona Franca de Manaus

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse confiar na conclusão em breve do exame, na Câmara,



de proposta que prorroga a vigência da Zona Franca de Manaus por 50 anos (PEC 103/2011). Ontem comissão do Congresso aprovou a prorrogação da validade de áreas de livre comércio localizadas no Amazonas, Rondônia e Roraima (MP 634/2013). Segundo a senadora, isso é importante para viabilizar o acordo para a aprovação da proposta que prorroga os incentivos da zona franca.

Vanessa também criticou a oposição por ter tentado evitar a inclusão na MP 634 da correção em 4,5% da tabela do Imposto de Renda. De acordo com a senadora, apesar de a oposição alegar que o ajuste é insuficiente, no governo Fernando Henrique a tabela sofreu uma defasagem de 39%, enquanto no governo Lula não teria chegado a 6%.

Comissão para investigar denúncias de irregularidades na estatal começará a funcionar após Renan ter indicado ontem três nomes da oposição, que aguarda CPI mista

CPI da Petrobras no Senado será instalada hoje

SERÁ INSTALADA HOJE, às 11h30, a CPI da Petrobras no Senado. A reunião foi definida depois que o presidente do Senado, Renan Calheiros, indicou os três integrantes da Minoria para integrar a comissão. Foram escolhidos Cyro Miranda (PSDB-GO), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Wilder Moraes (DEM-GO) como titulares, além de Jayme Campos (DEM-MT) e Vicentinho Alves (SD-TO) como suplentes.

A escolha dos nomes pelo presidente se deu porque o PSDB e o DEM — que defendem uma CPI mista, com a participação também de deputados — se recusaram a fazer as indicações.

— As bancadas que não indicaram os integrantes, como todos sabem, são as mesmas que ingressaram na Justiça para que a investigação ocorresse. Por isso, e para que não haja suposições quanto à celeridade das investigações, vejo-me obrigado, nesta hora, a designar o restante dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras no Senado — justificou Renan.

Apesar de ter seguido o princípio da proporcionalidade,



Senadores da base aliada e da oposição trocaram provocações em torno da composição da comissão de inquérito

com nomes do PSDB e do DEM, os próprios escolhidos disseram que não pretendem atuar na CPI do Senado. Lúcia Vânia e Wilder Moraes chegaram a pedir a substituição deles na comissão.

Com a escolha de todos os nomes, o próximo passo, agora, é a instalação da CPI, que deve ser feita na reunião de hoje, quando serão eleitos presidente e vice-presidente, para depois ser indicado o relator.

A presidência do colegiado deve ficar com o PMDB e a relatoria caberá ao PT, segun-

do acordo firmado entre os líderes dos dois partidos, que possuem as maiores bancadas da Casa. Os nomes devem ser Vital do Rêgo (PMDB-PB) como presidente e José Pimentel (PT-CE) na relatoria (*veja os demais integrantes na lista ao lado*).

A indicação de Renan foi elogiada por integrantes da base aliada, como Eunício Oliveira (PMDB-CE), líder da Maioria, e Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo. No entanto, depois de Gleisi Hoffmann (PT-PR) ter felicitado Renan por ter

concluído o processo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) fez questão de lembrar que a CPI do Senado só existe graças à ação da oposição.

— Nossa querida colega acaba de se congratular com Vossa Excelência por ter tomado as providências para a instalação de uma CPI cuja existência ela procurou obstaculizar de todas as formas — disse.

A CPI do Senado foi proposta por meio de um requerimento que teve como primeiro signatário Alvaro Dias (PSDB-PR).

Em resposta, o líder do PT,

Os 13 nomes	
BASE DO GOVERNO	
▪	João Alberto Souza (PMDB-MA)
▪	Valdir Raupp (PMDB-RO)
▪	Vital do Rêgo (PMDB-PB)
▪	Ciro Nogueira (PP-PI)
▪	José Pimentel (PT-CE)
▪	Anibal Diniz (PT-AC)
▪	Humberto Costa (PT-PE)
▪	Acir Gurgacz (PDT-RO)
▪	Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)
▪	Gim (PTB-DF)
OPOSIÇÃO	
▪	Cyro Miranda (PSDB-GO)
▪	Lúcia Vânia (PSDB-GO)*
▪	Wilder Moraes (DEM-GO)*

* Pediram a retirada de suas indicações

Humberto Costa (PE), se disse admirado com a postura da oposição. Segundo ele, num momento em que se apresentaram as condições para a investigação ser feita, a oposição não quis indicar os nomes.

— Não há uma intenção efetiva de investigar. Há, na verdade, um desejo de transformar a CPI no palco de uma disputa político-eleitoral. É isso que deseja a oposição.

Mário Couto (PSDB-PA), Aécio Neves (PSDB-MG) e Alvaro Dias também criticaram a postura do governo.

À espera da comissão mista, oposição recusa indicações



Para Lúcia Vânia, indicação de nomes de Goiás foi "uma desconsideração"

Senadores de oposição criticaram a indicação, por Renan Calheiros, dos três representantes de Goiás como titulares da CPI.

— Quero dizer que considero uma desconsideração com o estado de Goiás a indicação dos três nomes — afirmou Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao pedir a retirada do nome dela.

Wilder Moraes (DEM-GO),

que também recusou a indicação, afirmou que não pretendia "perder tempo" com a CPI do Senado e lembrou já ter sido indicado para a CPI mista, que considera mais adequada.

O líder do DEM, José Agripino (RN), classificou a indicação dos senadores de Goiás como "coincidência curiosa" e afirmou que continuará lutando pela comissão mista.

— Meu partido tem uma decisão tomada: não vai gastar energia nenhuma na CPI do Senado — afirmou.

O prazo para que os líderes apresentem os nomes para a CPI mista termina hoje. A base do governo ainda não fez todas as indicações. Caso não faça, abre-se prazo de três sessões da Câmara para que Renan Calheiros indique os nomes.



Wilder Moraes afirmou não pretender "perder tempo" com CPI do Senado

Couto pede ao Ministério Público que afaste a presidente da Petrobras

Mário Couto (PSDB-PA) informou em Plenário ontem que entrou no Ministério Público Federal com o pedido de afastamento da presidente da Petrobras, Graça Foster. Para ele, a saída da presidente da estatal é uma questão de justiça. Segundo o senador, Graça Foster cometeu um crime de improbidade administrativa. Couto voltou a afirmar que ela mentiu na audiência conjunta das comissões do Senado, ao negar que o marido dela tivesse negócios com a empresa.

— Vossa Senhoria é mentirosa. Vossa Senhoria mentiu para um senador. O seu marido vendeu mais de R\$ 1 milhão para a Petrobras em favorecimento seu, dona Graça. A senhora precisa sair da diretoria da Petrobras imediatamente. Tenho confiança no Ministério Público Federal — disse Couto.

De acordo com Couto, a presidente da República, Dilma Rousseff, tem aos pés dela a maioria dos senadores e dos deputados, o que limita o poder de fiscalização das duas Casas. Mas, segundo ele, a influência de Dilma é mais ampla. Ele acredita que, se Graça Foster não for afastada do cargo, "é porque tem o dedo da Dilma lá".



Mário Couto acusa Graça Foster de ter mentido durante audiência de comissões do Senado

Jarbas critica atrasos em obras no Rio São Francisco e para a Copa

A viagem da presidente Dilma Rousseff a Cabrobró (PE) para verificar o andamento das obras da transposição do Rio São Francisco foi considerada "eleitoreira" por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Segundo o senador, o ex-presidente Lula prometeu que a transposição estaria pronta no final de 2010.

— O balanço aponta para menos de 60% de realização. Agora, jogaram a conclusão para dezembro de 2015. Nessa toada, o orçamento do projeto subiu dos iniciais R\$ 4,5 bilhões, em 2007, para R\$ 8,2 bilhões, valor atual — afirmou.

De acordo com Jarbas, nem mesmo os principais aliados da presidente em Pernambuco abriram mão das próprias agendas para acompanhá-la.

— Preferiram ficar distantes de uma programação que envolve uma obra que se arrasta há anos com problemas

de toda ordem, de toda natureza.

O senador também disse que, a 30 dias do início da Copa do Mundo, há estádios incompletos, ainda não entregues oficialmente.

— Nunca se viu, isso é dito pela própria Fifa, uma desorganização tão grande, tão profunda, tão cínica, tão irresponsável — criticou.



Jarbas Vasconcelos chamou de "eleitoreira" a viagem de Dilma ao sertão de Pernambuco